

**Memória total ou amnésia absoluta?
As disputas e os conflitos sobre o futuro da memória**

*Karen Worcman**
*Lucas Lara***

Resumo

Este artigo discute duas perspectivas acerca do futuro da memória. A primeira perspectiva é debatida a partir de um artigo de Hoskins (2024) sobre o quanto a inteligência artificial vem alterando a forma como pessoas, grupos e a sociedade de maneira geral se relacionam com suas memórias; a segunda perspectiva, apresentada por Gudynas (2019), relaciona a proposta biocêntrica a uma nova perspectiva sobre a memória. Ambas perspectivas representam caminhos diametralmente opostos e colocam-nos frente a caminhos distintos para uma escolha acerca do futuro da memória. Por fim, o artigo discute como um lugar de memória, tal como o Museu da Pessoa, pode ser ressignificado para lidar com ambas as perspectivas.

Palavras-chave: MEMÓRIA; TECNOLOGIAS DIGITAIS; ESQUECIMENTO; NARRATIVA; MUSEU DA PESSOA.

**Total Memory or Absolute Amnesia?
The Disputes and Conflicts over the Future of Memory**

Abstract

This article discusses two perspectives on the future of memory. The first perspective is debated based on an article by Hoskins (2024) about how artificial intelligence has been transforming the way individuals, groups, and society in general relate to their memories. The second perspective, presented by Gudynas (2019), links the biocentric approach to a possible future for what we call memory. Both perspectives represent diametrically opposed paths and confront us with different choices: what will be the future of memory? Finally, the article discusses how a place of memory, such as the Museum of the Person, can be reinterpreted to address both perspectives.

Keywords: MEMORY ; DIGITAL TECHNOLOGIES ; FORGETTING ; NARRATIVE ; MUSEUM OF THE PERSON.

**¿Memoria total o amnesia absoluta?
Las disputas y los conflictos sobre el futuro de la memoria**

Resumen

Este artículo discute dos perspectivas sobre el futuro de la memoria. La primera perspectiva se debate a partir de un artículo de Hoskins (2024) sobre cómo la inteligencia artificial ha estado transformando la manera en que los individuos, los grupos y la

* Historiadora. Pesquisadora do Diversitas e membro do grupo de pesquisa em Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados (IEA - USP), Instituto de Psicologia (IPUSP). Diretora e fundadora do Museu da Pessoa.

E-mail: karen.worcman@museudapessoa.org
ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-4035-5311>

** Historiador. Diretor de Museologia do Museu da Pessoa.

E-mail: lucas.lara@museudapessoa.org
ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-9904-7348>

sociedad en general se relacionan con sus memorias. La segunda perspectiva, presentada por Gudynas (2019), vincula el enfoque biocéntrico a un posible futuro de lo que llamamos memoria. Ambas perspectivas representan caminos diametralmente opuestos y nos confrontan con elecciones diferentes: ¿cuál será el futuro de la memoria? Finalmente, el artículo analiza cómo un lugar de memoria, como el Museo de la Persona, puede ser reinterpretado para abordar ambas perspectivas.

Palabras clave: MEMORIA; TECNOLOGÍAS DIGITALES; OLVIDO; NARRATIVA; MUSEO DE LA PERSONA.

A desconexão entre memória e experiência

Em 1990, o filme “O Vingador do Futuro”¹, dirigido por Paul Verhoeven e estrelado por Arnold Schwarzenegger, tornou pop uma questão crucial sobre a memória. Inspirado no conto “Podemos Recordar para Você, por um Preço Razoável”, publicado em 1966 pelo escritor Philip Dick, a história narra a saga, em um futuro não determinado, do personagem Douglas Quail, um homem que deseja conhecer o planeta Marte. Como não possui condições econômicas para tanto, o personagem acaba comprando a implantação de uma *memória*, vendida por uma empresa chamada *Rekall*. As memórias implantadas entram, no entanto, em curto circuito com as memórias existentes e o personagem, entre socos, fugas e tiros (é um típico filme de ação), busca saber quem de fato é e qual o sentido de sua existência.

Na década de 60, quando o conto foi escrito, a alta capacidade de performance dos computadores já punha em xeque os limites entre os seres humanos e as máquinas. Já na década de 90, quando do lançamento do filme, por mais que este tipo de história, como tantas outras de ficção científica, postulasse o papel da memória para a autodefinição de uma pessoa e a compreensão desta sobre sua identidade, não havia ainda clareza do que poderia vir a ocorrer quando as memórias deixassem de ter sua vinculação com a experiência.

Menos de vinte anos depois, a inteligência artificial, muito presente na vida cotidiana atual, terminou por embaralhar de vez os limites entre o estritamente humano e as máquinas. Mais ainda, deu início a uma transformação da própria experiência e, com isso, pôs em questão a forma como entendemos, ou melhor, entenderemos o que é a memória, seja esta individual ou social.

A desconexão entre memória, experiência e arte

Labatut, escritor chileno, narra, em *Maniac* (2023), a incrível história de Lee Sedol, considerado o jogador mais criativo de Go de sua geração. Lee, nascido na Coreia do Sul, era, desde os 8 anos, uma celebridade do Go. Conhecido por seu estilo selvagem e imprevisível, Lee protagonizou, em 2016, um campeonato que parou a Coreia e o mundo dos aficionados de Go: um verdadeiro embate entre o ser humano e o programa de inteligência artificial *AlphaGo*, um programa de computador que deixara de ser apenas um processador potente de todas as jogadas anteriores. *AlphaGo* era capaz de aprender e criar.

O programa foi criado por Demis Hassabis, um menino prodígio inglês que aprendeu a jogar xadrez aos 4 anos e ganhou seu primeiro campeonato apenas 8 meses depois. Hassabis tinha apenas 11 anos quando criou seu primeiro programa de inteligência artificial, uma versão simplificada do Go. Após um doutorado em neurociência cognitiva, ao longo do qual identificou uma conexão entre memória e imaginação, fundou, com amigos, a empresa *Deepmind*, com foco em desenvolvimento

de inteligência artificial. Os sócios atraíram investimentos dos milionários das *techs* e terminaram por vender a empresa para o *Google*, mantendo o controle criativo. O debate de especialistas em torno de qual seria a aposta de Hassabis para desenvolver programas foi intenso, mas ele não tinha nenhuma dúvida: começaria com um jogo que, segundo ele, era “o mais complexo e profundo que a humanidade havia concebido”. O Go (Labatut, 2023, posição 3241).

Em 2016, a *DeepMind*, empresa já consolidada do *Google*, desafiou o então campeão mundial Lee Sedol para jogar contra o *AlphaGo*. Lee, muito seguro de sua superioridade sobre a máquina, aceitou. A série de 5 partidas parou a Coreia e tornou-se um marco na história da inteligência artificial. Lee perdeu a primeira partida. Profundamente abatido, retomou o enfrentamento com o computador. Hassabis e seus engenheiros haviam buscado reproduzir a rede neuronal humana com um conjunto de dados, regras e padrões. Alpha Go usou suas duas redes neurais, uma de padrões de jogo que eram de sucesso e uma rede baseada em partidas de aficionados para domar a complexidade do Go e desenvolver um novo estilo de jogo. Durante a segunda partida, *AlphaGo* fez um movimento inesperado, considerado pelos especialistas que acompanhavam o jogo, um movimento tolo. O movimento, que levou o programa a ganhar novamente, não seguia uma regra pré-estabelecida. Foi criado pelo próprio programa sem nenhuma intervenção humana.

Quando, na quarta partida, o campeonato já estava definido em favor de *AlphaGo*, Lee, há apenas 11 minutos do final da partida, fez uma jogada absolutamente inusitada: colocou sua pedra onde nenhum jogador havia tido a coragem de colocar. A partir daí, *AlphaGo* começou a cometer uma série de erros. O jogo continuou até *AlphaGo* renunciar. Todos os comentaristas, jornalistas e audiência comemoraram “como se Lee Sedol não tivesse conquistado esta vitória para si mesmo, senão para todos os membros de nossa espécie” (Labatut, 2023, posição 3857).

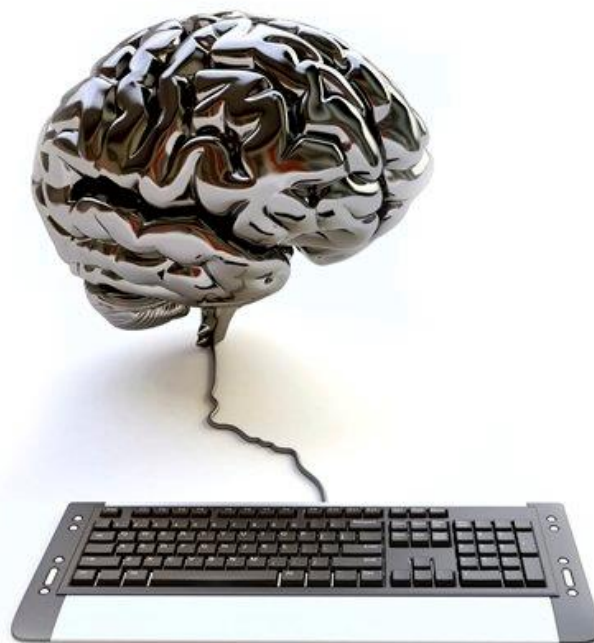
Anos depois, antes de se retirar da cena dos jogos de Go, Lee fez sua última partida contra um novo programa de inteligência artificial: *Handol*. Ganhou. Foi o único ser humano a derrotar dois sistemas avançados de inteligência artificial. Quando perguntado pelos motivos pelos quais estava deixando o Go, declarou: “Comecei a jogar quando era criança. Neste tempo, as cortesias e os modos eram muito importantes. Era uma forma de arte. Quando fui crescendo, o Go passou a ser visto como uma proeza mental. Mas o Go que aprendi era arte. O Go é uma obra de arte entre duas pessoas. Mas agora é totalmente distinto... Com o advento da inteligência artificial, eu me dei conta de que não poderia estar no topo, inclusive se fizesse uma aparição espetacular e voltasse a ser o melhor jogador do mundo graças a um esforço sobre-humano. Inclusive se me convertesse no melhor jogador de toda a história, existe uma entidade que não é possível derrotar” (Labatut, 2023, posição 4014).

Entre o lembrar e o armazenar

Em um de seus mais recentes artigos, Andrew Hoskins (2024) analisa a relação entre inteligência artificial e memória. Afirma que a memória, antes um território de disputas de narrativas, adquiriu uma nova dimensão, uma disputa entre humanos e computadores. Quando, a partir de 2010, as *big techs* passaram a alimentar seus computadores com bilhões de dados compartilhados voluntariamente, vidas pessoais foram expostas criando um arquivo de tamanha complexidade e tamanho que se tornou inacessível. A inteligência artificial generativa deu início a um uso diferenciado dos dados. Esta nova tecnologia deu inteligibilidade à imensidão de dados e mudou, para sempre, a interação entre humanos e máquinas. Hoskins chama a atenção para o quanto

essa transformação está criando uma nova ecologia da memória que “coloca em perigo a agência humana no fazer e no refazer das memórias individuais e coletivas” (2024, p.2).

A disputa pelo passado é real, pois a inteligência artificial não só lida com o que houve, mas inclui passados que não foram vividos. Esta capacidade de aprender e recriar diálogos como se de fato fossem produzidos pela própria pessoa, é denominada *deadbot*. Os avatares criam conversas novas a partir de antigas e permitem que pais conversem com filhos já falecidos, viúvas falem com seus maridos e experiências traumáticas possam ser narradas por sobreviventes criados a partir de coleta de dados. Existem ainda outros tipos de aplicativos que exploram a possibilidade de você mesmo se gravar e depois recuperar-se, como se fosse um grande armazenamento de si próprio.



Um exemplo intrigante foi uma emissora nacional no Japão, que desenvolveu e recolheu o testemunho de Mrs. Yoshiko Kajimoto, uma sobrevivente que estava a apenas 2.3 km do hipocentro da bomba atômica. A sobrevivente respondeu, aos 85 anos, mais de 900 questões. As respostas foram reorganizadas e transformadas em novos conteúdos criando diálogos relativos à comida, à vestimenta e aos abrigos (2024, p.9).

A inteligência artificial generativa faz uso de uma grande coleta de dados pessoais produzidos por diversos aplicativos e plataformas que, armazenados, reutilizados e vendidos, revelam passados e presentes que muito provavelmente poderiam ter sido esquecidos, voluntária ou involuntariamente. O acúmulo de informações, constituído e utilizado por máquinas, inclui, muitas vezes, dados criados por outras máquinas, que terminam por criar realidades nunca experienciadas. Os registros acumulados em *bytes* e *bits* misturam memórias vividas com memórias produzidas.

Como se saberá e ou se discernirá o que foi vivido? Na medida em que tais aplicativos permitem uma relação dialógica com o passado, fazem com que o passado se torne presente e criam memórias que extrapolam a decisão humana de esquecer ou de significar memórias. Ela impede o esquecimento. Esta memória absoluta é um monstro de memória, no qual nenhum encontro, nenhum momento é deixado em branco. O silêncio, a contemplação e o esquecimento se tornarão práticas humanas varridas pelas

tecnologias digitais. Mas, serão, de fato, memórias? Do que podemos chamar tais registros?

A memória humana é seletiva e falível. Ela não é uma réplica exata dos eventos vividos, mas um processo dinâmico de reconstrução que pode ser influenciado por emoções, novas informações e interpretações (Ricoeur, 2007). Essa “imperfeição” da memória tem, no entanto, um papel importante. O esquecimento, por exemplo, é necessário para evitar a sobrecarga cognitiva e permitir a adaptação às circunstâncias atuais. Esquecer é necessário para que se possa lembrar. É parte dos processos de memória que permitem que o indivíduo não se afogue no tempo tal qual Funes, o memorioso (Borges, 1974, p. 485-490).

Para que uma memória seja adquirida e preservada, é necessário que tenha havido forte conteúdo emocional e/ou um processo que seja significativo para o indivíduo. Estas memórias condicionam a aquisição de futuras memórias e as experiências que poderão ter significado para o indivíduo. O resto, grande parte daquilo que vivemos, é esquecido.

Márcio Seligmann-Silva (2009), ao discutir o “Mal de Arquivo”, explora as dimensões políticas e estéticas da memória, questionando os limites éticos do arquivamento digital. Ele ressalta que a proliferação de arquivos digitais não garante a preservação do passado; pelo contrário, pode gerar uma sobrecarga informacional que, paradoxalmente, dificulta o acesso àquilo que realmente importa. Em um painel apresentado no Seminário Internacional “Futuro da Memória”, organizado pelo Museu da Pessoa em 2022, Hoskins e Kristina Cimova (2022) debateram como o ato de registrar para compartilhar tem-se tornado cada vez mais importante do que o de experienciar o momento que se está registrando. Em grandes festivais de música, milhares de pessoas acompanham a performance ao vivo pela tela de seus celulares, sem de fato acompanhar a performance que se desenrola à sua frente. Estes registros, desconectados da experiência vivida e sem significado afetivo, acabam por transformar-se em problema: ocupam espaço nos dispositivos móveis e são apagados tempos depois, para dar espaço a novos registros.

A dicotomia que se estabelece entre a capacidade humana de recordar e a memória como armazenamento digital destaca, assim, uma tensão fundamental entre o processo orgânico de rememoração e a externalização mecanizada da memória. No ser humano, recordar é uma atividade viva, ancorada na experiência subjetiva, nos afetos e no contexto sociocultural, influenciada por fatores como a interpretação e as emoções (Ricoeur, 2007).

Por outro lado, a memória digital, enquanto espaço de armazenamento, opera de forma distinta: trata-se de uma retenção inerte, onde dados são acumulados e acessados conforme o comando, sem o dinamismo da experiência humana. O arquivamento digital, porém, é também falível e não está imune à obsolescência tecnológica. As tecnologias de hoje podem tornar-se obsoletas amanhã, colocando em risco o que consideramos “memórias preservadas”.

A dicotomia reside, portanto, na diferença qualitativa entre lembrar e armazenar. Recordar implica um movimento ativo, uma reelaboração da memória em um contínuo processo de significação, enquanto o armazenamento digital, por mais eficiente em termos de volume, permanece estático e descontextualizado. Essa diferença aponta para um desafio contemporâneo: enquanto os dispositivos tecnológicos oferecem um meio prático de retenção de informações, a memória humana, como um fenômeno dinâmico e criativo, continua insubstituível no que diz respeito à construção de sentido e à vivência da memória. Como aponta Seligmann-Silva (2009), o ato de arquivar ainda está intrinsecamente ligado ao poder de definir o que será lembrado e o que será esquecido e seus porquês.

Memória total ou amnésia absoluta

Nos humanos, a rede de neurônios envolvida no processo de aquisição e de evocação de memórias dá-se por meio da linguagem. O contato com a memória, no entanto, independente do momento de nossas vidas, é uma visita sem linguagem. Uma visita a um lugar íntimo, que permanece sempre o mesmo, mas que se transforma a cada vez que é traduzido (evocado) em linguagem. Traduzir, no entanto, não é simplesmente converter a memória em linguagem. Traduzir é transformar esta visita à memória em uma narrativa, uma narrativa de memória. As narrativas de memória traduzem o encontro entre o que permanece íntimo, inacessível, e o que é transformado em narrativa, que é sempre presente. Este processo corresponde ao que Bergson (2010) descreve como sendo “a irrupção do passado no presente” e que nos remete a um tempo “sem tempo”.

Até os três anos, mais ou menos, a vida do ser humano desenvolve-se fora da linguagem e as memórias, antes desse período, são memórias sem metáforas. Segundo Izquierdo (2018, p.102), “Nos animais e nos seres humanos de poucos meses ou anos, as percepções e as memórias não se traduzem em metáforas verbais; isto é, em linguagem, já que as palavras não são outra coisa senão metáforas”. Só após os 3 ou 4 anos de idade, as memórias são traduzidas em linguagem. Apesar de haver um consenso de que a linguagem é um divisor de águas no processo de evocação de memórias, as memórias pré-linguísticas são as mais importantes de nossas vidas.

A experiência, por sua vez, é vivenciada por meio de todos os sentidos (olfato, tato, audição, visão e paladar). A infância é, em geral, o período da vida em que as memórias são, muitas vezes, compostas por imagens, sensações, cheiros que são a origem de nossa vida afetiva e poderiam ser chamadas de memórias antigas e de memórias inconscientes (Izquierdo, 2018). Estas memórias afetivas, muitas vezes esquecidas (latentes, extintas, reprimidas), são tão parte do nosso eu, quanto as que se tornam memórias de longa duração.

A experiência, individual, que temos quando entramos em contato com esses lugares íntimos de memória, é o que nos dá a sensação de que temos uma identidade – que seria a identidade do eu consigo próprio. Uma identidade estabelecida a partir da sensação de permanência que o contato com aquele lugar que só nós conhecemos e que nos provoca um conjunto de sensações, imagens, emoções que nos levam a nos reconhecermos como nós mesmos. A narrativa de memória é a tradução que fazemos, para o outro, desta visita. Essa tradução é permeada tanto pela língua materna quanto pelas formas como decodificamos nossas experiências.

Poderíamos dizer que a memória de cada indivíduo é seu próprio museu. Um museu cheio de recantos esquecidos, portas fechadas e lugares pouco visitados. Um museu que se transforma permanentemente e onde a pessoa se reconstrói a todo momento. Um museu inapreensível e intraduzível em sua totalidade, mas que é sempre redescoberto, ainda que permaneça, em essência, sempre o mesmo.

Ainda que este seja um museu exclusivo e pessoal, ele é também permeado pelas marcas das relações que cada indivíduo tem com os outros, isto é, com aqueles que fazem parte de seu entorno (família, comunidade) e de seu contexto social, histórico e cultural.

A primeira comunidade de memória de um indivíduo é formada por aqueles que fizeram parte dos momentos em que as memórias se formaram. O **Nós** está presente no **Eu**, em primeiro lugar, por meio das narrativas compartilhadas em uma comunidade de memória. É esta sensação que conecta cada indivíduo com o outro, ou com os outros, e forma uma comunidade de memória. Esta conexão é o que possibilita que se perceba um pedaço da história do outro em mim. O outro adquire então uma profundidade para mim.

É um processo individual porque cada indivíduo faz sua própria visita à sua memória. As outras comunidades de memória, aquelas que derivam das memórias coletivas, são adquiridas posteriormente, por meio de experiências sociais compartilhadas ou por meio da transmissão de memórias semânticas como as da História da Medicina, da cidade ou da religião (Izquierdo, 2004, 2018).

Ainda que imbricados e interdependentes, no nível das narrativas, o **Nós** e o **Eu** estão, muitas vezes, em disputa. As memórias individuais contêm tanto as singularidades das narrativas individuais quanto os processos sociais que marcam as experiências de memória de cada um. Este é um processo em constante disputa e construção.

Todo este processo está baseado na tensão constante entre o lembrar e o esquecer, entre o significado e o apagado, entre narrativas possíveis. Na medida em que se desvincula o processo de criação de memórias da experiência e das possibilidades de esquecimento e significação, estaremos abdicando daquilo a que chamamos “a nossa humanidade”? Esta busca obstinada pelo registro total não nos levará a uma amnésia absoluta? O que restará de nosso próprio museu? O que restará de nós próprios?

Perspectiva biocêntrica

Concomitante ao movimento de criação das inteligências artificiais e da explosão de possibilidades de transformação da memória, que vêm sendo geradas pelas novas tecnologias, surge um movimento que tende a recuperar os pensamentos e cosmogonias dos povos originários que propõem uma visão biocêntrica da vida.

Segundo Gudynas (2019), a visão biocêntrica tem como base uma forma distinta de valorar a natureza, que se contrapõe à criação de indicadores puramente econômicos. A proposta biocêntrica é a de se fazer um esforço de reconhecimento dos valores da natureza em si. Valores intrínsecos e independentes de seus usos e dos recursos que oferecem. “Esse tipo de valoração, na qual a vida é um valor em si mesma, corresponde a perspectiva conhecida como biocentrismo” (Gudynas, 2019, p. 48).

São valores próprios aos seres vivos, aos elementos não vivos e também próprios de todo meio ambiente com suas paisagens e ecossistemas. Esta forma de pensar a natureza, o meio ambiente e o valor são diferentes das formas de que poderia ser chamado de uma ecologia superficial, que tende a preservar, ou conservar recursos da natureza com foco em seu uso humano. Na visão biocêntrica, o ser humano passa a ocupar outro lugar e é interpretado como uma parte da comunidade da vida. Está junto às outras espécies, vivas e não vivas, e não mais acima delas.

Este debate chegou à América Latina no século XXI, mais particularmente em governos que rompiam com tradições conservadoras. O resultado mais concreto deste debate se deu em 2006, no Equador, durante o último governo de Rafael Correa, quando se convocou uma nova assembleia constituinte, com a forte presença de representações indígenas. Na elaboração desta nova constituição, os direitos da natureza foram reposicionados: “pela primeira vez nesse pequeno país andino-amazônico, pela primeira vez em todo mundo, a polis, a cidadania, aceitou um novo contrato social que reconhece os direitos da natureza” (Gudynas, 2019, p. 89).

O reconhecimento da natureza como sujeito de direitos e as mudanças possíveis na política e gestão estão profundamente ligadas às questões de justiça. Conforme nos apresenta Gudynas, a constituição equatoriana define a natureza, ou *Pacha Mama*, como a dimensão em que se reproduz e se realiza a vida². O conceito de *Pacha Mama*, no qual o “ser humano é parte do meio ambiente e não pode ser entendido sem este contexto ecológico” (Gudynas, 2023, p.94) equiparou, na constituição, a herança do conhecimento

européu aos saberes tradicionais e abriu as portas para uma entrada substantiva da visão indígena sobre o meio ambiente na constituição.

Esta perspectiva, desqualificada desde o período colonial, apresenta alternativas e novos enfoques para lidarmos com os desafios da sociedade contemporânea, sobretudo no que tange à crise climática.

O antropocentrismo, perspectiva dominante em toda experiência colonial, deu vazão ao mito do Eldorado e aos sucessivos ciclos econômicos de exploração e extração de riquezas do continente. Esta perspectiva é relativamente nova na história da humanidade, tendo seu início na Europa, a partir do século XVII. Ao separar homem e natureza, alcançou-se muitos avanços nas ciências e técnicas, ao mesmo tempo em que se presenciou uma intensa exploração da natureza, já que esta passou a ser vista apenas como um recurso a ser “explorado” pelos seres humanos. A visão antropocêntrica que postula que a natureza está “a serviço” do ser humano, resultou na atual crise climática, mas também nas crises dos refugiados, tendo como pano de fundo a desigualdade social em crescimento no nível global.

Os povos originários não criam uma separação entre natureza e cultura, uma construção particular do pensamento ocidental. Para os povos originários, essa separação não existe e os humanos são vistos como parte integrante do mundo natural. Os saberes ancestrais das culturas originárias e tradicionais presentes em território nacional não possuem uma visão dicotômica entre ser humano e natureza e encontram semelhança com as propostas inovadoras de mitigação dos danos causados aos povos e espécies pela revolução industrial e por seus desdobramentos.

Mas, como relacionar uma perspectiva biocêntrica às reflexões sobre memória, esquecimento e novas tecnologias? O que seriam as memórias biocêntricas? Como essa perspectiva da memória poderia ser compreendida como um novo tipo de futuro?

A “memória” não pode ser compreendida como um elemento estanque que deve ser “resgatado”, “preservado” e “registrado” independentemente de seu sentido. A memória, ou melhor, as memórias que criam sentido e garantem a perpetuação de um grupo, formam uma tessitura de saberes, fazeres, modos de estar e compreender o mundo. Esta tessitura constitui uma ecologia de memórias que existem na medida em que garantem as relações entre os seres humanos, entre os seres humanos e outras espécies e entre os seres humanos e o território no qual vivem.

O processo de criação de sentidos ocorre no âmbito dos indivíduos, mas também na relação entre os indivíduos e as memórias coletivas e, por fim, no processo de construção de suas narrativas e cosmovisões. Na medida em que tanto indivíduos quanto grupos se definem por meio de suas memórias e de suas relações com seus entornos, suas narrativas de memória incluem o conjunto de suas experiências com o mundo. As memórias estão presentes não apenas nas comunidades humanas, mas também no território e nas relações entre todos aqueles que o habitam. Para Damásio (2015, p.155), o cérebro produz narrativas imagéticas desde sempre. Não somente o cérebro humano, mas cérebros de outros seres biologicamente mais simples. “A representação imagética de sequências de eventos cerebrais, que ocorre em cérebros mais simples do que o nosso, é o material de que são feitas as histórias.”

Ailton Krenak, em recente conversa no Museu da Pessoa, afirmou que “a memória é um oceano, um repositório de saberes que pode e deve ser compartilhado para o bem comum”.³ Não nos referimos aqui a saberes estanques, mas a processos dinâmicos de preservação e transmissão de saberes e fazeres. A memória não é, assim como tampouco o é o meio ambiente, um objeto inanimado a ser protegido e resguardado. Não basta coletar e guardar memórias para expô-las como símbolos estanques de povos e culturas mortas. O trabalho voltado para o registro, a preservação e a socialização de memórias

de um grupo é um processo vivo de apropriação e recriação permanente. Não é um *deadbot*, mas um “vivobot”, constantemente recriado pelos indivíduos em suas relações consigo, entre si e com os seres que integram o mundo. Para tal, é necessário que haja um processo consciente e ativo de transformação simbólica e elaboração dos sentidos do passado.

A memória como território de disputa

A memória é um território em disputa. As duas perspectivas revelam um debate acerca do que é e o que será o futuro da memória. De um lado, parte-se da premissa e da ilusão de que há a possibilidade de se fazer um registro total e absoluto para conservar o todo. Acrescenta-se a esta premissa a ideia de que os desenvolvimentos tecnológicos e científicos devem e podem superar o que entendemos como as “limitações da vida”: como a morte ou o esquecimento de grande parte do que vivemos. Há, nesta perspectiva, alguns pressupostos interessantes. Poderíamos destacar, por exemplo, que o esquecimento, quando individual, é um limite a ser superado. Quando social, é algo que as capacidades de ampliar o registro à sua máxima potência podem garantir, a eternidade de um presente absoluto. A estratégia é garantir o dado, o fato, o registro e não a de promover a reflexão sobre o dado.

Esta perspectiva releva para um segundo plano os mecanismos biológicos, culturais e políticos de produção de memórias. Desconsidera a ideia de que as memórias são construções significativas que dependem, no nível individual, do significado afetivo e emocional das experiências e, no nível social, das disputas por narrativas. O que Hoskins (2024) diz é que a relação entre memória e o agenciamento humano, ou seja, a capacidade de selecionar, escolher deixa, nesta perspectiva, de ser determinante. As questões que subsidiam as disputas por narrativas no campo social e político deixam de ser relevantes. Uma vez, no entanto, que os registros são absolutos e sem um critério, tornam-se puramente registros.

Mas o que ocorre quando, além de estarem desconectados da experiência, estiverem também desconectados dos territórios, das experiências coletivas, dos filtros e das ideologias? No futuro, não só não saberemos se, de fato, aquilo ocorreu, mas também sob que condições e em que contextos. Não perderemos puramente o fato em si, mas a capacidade de ler o contexto, as decisões, as disputas que deram origem àquele fato. Este caminho é o desdobramento atual da perda de agenciamento humano, de compreensão das próprias experiências e de análise ideológica e social da sociedade.

Esse cenário é ainda mais preocupante quando consideramos, por exemplo, o papel dos conglomerados de redes sociais na manipulação das narrativas individuais e coletivas. Essas plataformas, controladas por grandes corporações, utilizam dados pessoais para criar perfis comportamentais que moldam o conteúdo a ser consumido, além de limitar e condicionar as narrativas produzidas e compartilhadas. A manipulação de narrativas, seja por governos, atores privados ou grupos ideológicos, cria um ambiente em que a verdade se torna fluida, e a memória coletiva é constantemente reescrita para atender a interesses específicos. Nesse contexto, a capacidade de preservar a autenticidade e a pluralidade das narrativas humanas se vê cada vez mais ameaçada por forças que ultrapassam o controle individual.

A perspectiva biocêntrica é o caminho oposto. Se, por um lado, questiona o protagonismo absoluto do ser humano, propõe uma leitura do mundo de forma mais integrada, na qual cabe aos seres humanos um dos papéis na interação e criação das próprias experiências. Esta perspectiva tira a supremacia humana do centro do universo. Sua proposta traz a ideia de ampliação da escuta. É uma perspectiva que apresenta o

desafio, para a sociedade ocidental, do aprendizado de escutas ampliadas, de outras espécies e seres – animados e inanimados do universo.

Ambas as perspectivas - a antropocêntrica e a biocêntrica - postulam alargamento de limites. Poderíamos, ingenuamente, considerar que as propostas que derivam das alternativas criadas pelas possibilidades da inteligência artificial nos levam ao futuro. Mas e se o futuro, como afirma Ailton Krenak (2022), for um futuro ancestral?

E se pararmos para considerar que o futuro não é necessariamente a supressão de limites, mas o alargamento da escuta, da compreensão da Terra e da nossa experiência nela de forma mais ampliada, integrada? E se este futuro nos levar de volta a uma postura menos protagonista e mais integrada, tal como presente em tantas cosmogonias originais?

A preservação digital tende a congelar as memórias em um momento específico, removendo-as de seu contexto dinâmico. Isso cria um paradoxo: embora a tecnologia permita o registro de vastas quantidades de informações, não pode capturar a fluidez da memória viva. O conceito biocêntrico desafia a ideia de que a memória pode ser plenamente preservada em formatos digitais, propondo que a verdadeira preservação deve envolver a contínua interação com as experiências e com o ambiente.

Diante dessas questões, o Museu da Pessoa emerge como uma instituição relevante para a reflexão sobre os desafios contemporâneos da memória. Fundado em 1991, o Museu é uma plataforma digital que coleta, preserva e compartilha histórias de vida de indivíduos de diversos contextos. Com um acervo composto por milhares de narrativas, o Museu da Pessoa utiliza as tecnologias digitais não apenas como um meio de registro, mas como uma ferramenta crítica para o fortalecimento da memória social e a preservação da diversidade de vozes.

A abordagem adotada pelo Museu da Pessoa também oferece uma resposta ao dilema do registro excessivo e à ansiedade do excesso de informação. Ao focar na curadoria de histórias e na criação de contextos significativos para as memórias individuais, a instituição demonstra que a preservação da memória não precisa significar a acumulação indiscriminada de dados. Em vez disso, pode significar uma reflexão mais profunda sobre o que deve ser lembrado e como essas memórias podem contribuir para a construção de uma identidade coletiva mais justa e inclusiva.

Neste sentido, o Museu da Pessoa, ao oferecer uma plataforma onde a memória não é apenas registrada, mas também vivida e reinterpretada continuamente, pode ser encarado como uma resposta ao tecnocentrismo. Um Museu que não apenas preserva histórias, mas promove uma cultura de compartilhamento e reflexão, em que a memória se mantém ativa e significativa.

Para Hoskins e Cimova (2022), o Museu da Pessoa é um exemplo de instituição que utiliza a tecnologia de forma ética e reflexiva. Ao integrar o pensamento biocêntrico, podemos ampliar, no entanto, essa visão, para incluir a ideia de que a memória, assim como a vida, é interdependente e em constante evolução. O biocentrismo desafia-nos, então, a pensar sobre o que significa preservar memórias em um mundo onde tudo está conectado.

Na medida em que entendermos nossa experiência humana como algo integrado, consciente ou inconsciente com todos os seres do universo, no qual a escolha e o agenciamento sejam partes constituintes desta experiência, então iremos pensar como este corpo, integrado, se revela em sua narrativa. Talvez as memórias biocêntricas sejam as possibilidades futuras que teremos de reaprender a escutar de forma mais alargada - a de escutar não apenas os outros humanos, mas a de compreender que nos outros reside uma parte integrada de nós, que estamos em permanente relação com todos os elementos constituintes de nossa experiência.

Quando passamos a adotar a postura biocêntrica, buscamos trabalhar com o valor intrínseco de cada ser, de cada narrativa possível. Teríamos que ampliar a escuta das experiências e não tentar superá-las. Talvez este seja um futuro da memória, no qual ela se torne uma grande escuta do mundo, mas também vivenciada de forma mais ampla e integrada ao todo. Deixaríamos o fantasma da amnésia total em troca da busca pela escuta integral. Como defende o cineasta inuíte Eddy Malenfant (2022), talvez seja o caminho possível para “usar a memória como ferramenta para restaurar o mundo”.

Esta questão está no ar, não possui uma resposta imediata. Mas gostaríamos de pontuar uma experiência recente, de visita e entrevista ao artista cravista, pintor Roberto de Regina, que do alto de seus 97 anos, vive em um sítio na zona oeste do Rio de Janeiro. O sítio, que beira os 40 graus à luz do dia, possui uma capela e um cravo pintados inteiramente pelo próprio Roberto. Ele, muitas vezes vestido a caráter, senta-se em seu cravo e toca. Explica aos visitantes (turistas, alunos de escolas públicas) as músicas, os temas e o que está tocando. Perguntado sobre o que sente ser seu legado, pontua que, às vezes, vê uma pessoa trazer seu filho e lhe dizer que também já esteve ali quando era criança. “Estes pontos que vou iluminando são meu legado”. Quando questionado sobre o futuro, então, afirma: “A ciência moderna com suas descobertas, seus postulados e teorias gradativamente afastam a existência de Deus. Porém, Bach, a flor e o pavão sempre interferem”.

Quem sabe o futuro da memória não seja a memória total com sua amnésia intrínseca, mas sim o alargamento da memória. Não em direção ao registro total, mas à escuta ampliada.

Bibliografia:

- Bauman, Z; Lyon, D. *Vigilância Líquida: Diálogo com David Lyon*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Bergson, H. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Borges, J. L. *Obras Completas: 1923-1972*. Buenos Aires: EMECE Editores, 1974.
- Damásio, A. *O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Dick, P. *We Can Remember It for You Wholesale and Other Classic Stories*. 31 ed. New York, Citadel Press, 2017.
- Gudynas, E. *Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2019.
- Hoskins, A. AI and memory. In: *Memory, Mind & Media*. Cambridge University Press. 2024. Vol. 3, e18, 1–21 doi:10.1017/mem.2024.16
- Hoskins, A. *Digital Memory Studies: Media Pasts in Transition*. Routledge. 2017.
- Hoskins, A.; Cimova, K. *Is Memory finished?* Painel apresentado no seminário Futuro da Memória. Organização: Museu da Pessoa. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_u6YUOwpVNs. Acessado dia 12/10/2024.
- Izquierdo, I. *A Arte de Esquecer: Cérebro, Memória e Esquecimento*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

- Izquierdo, I. *Memória*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
- Krenak, A. *Futuro Ancestral*. 1 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Labatut, B. *Maniac*. São Paulo: Todavia, 2023
- Malenfant, E.; Ross-Tremblay, P. *Memórias Digitais*. Painel apresentado no seminário Futuro da Memória. Organização: Museu da Pessoa. São Paulo, 2022.
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_u6YUOwpVNs. Acessado dia 12/10/2024.
- Ricoeur, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unesp, 2007.
- Seligmann-Silva, M. *Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do Mal de Arquivo*. In. Remate de Males – 29. Campinas, jul./dez. 2009.

Notas:

1. O filme está disponível, atualmente, em uma série de plataformas digitais de *streaming*. Na *wikipedia*, há uma breve descrição de seu histórico https://pt.wikipedia.org/wiki/Total_Recall. Acessado em 12/10/2024.
2. Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. <https://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaoDoEquador.pdf>
3. Esta definição foi feita por Krenak em um seminário interno do Museu da Pessoa realizado em setembro de 2024.

Citação/Citation: Worcman, K.; Lara, L. (2024). *Memória total ou amnésia absoluta? As disputas e os conflitos sobre o futuro da memória*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 115-126.

Recebido em: 30/07/2024
Aprovado em: 20/08/2024